

## DÍVIDA EXTERNA

# Brasil acerta fim das comissões e deverá obter taxa de risco de 1,8%

BRASÍLIA — O Diretor do Banco Central para Dívida Externa, Antônio de Pádua Seixas, deverá obter dos bancos credores, em sua atual rodada de conversações em Nova York, taxa de risco (spread) de 1,8 por cento sobre a Libor (taxa de juros do mercado londrino do eurodólar) e já acertou a eliminação da comissão (flat fee) de um por cento cobrada sobre os vencimentos anuais da dívida externa. As informações foram dadas ontem por fontes governamentais.

O Brasil paga atualmente taxa de risco de 2,22 por cento e pleiteava reduzi-la para 1,125 por cento sobre a Libor, idêntica à obtida pelo México em negociações anteriores. A eliminação da comissão dará ao País uma economia de US\$ 80 milhões sobre as amortizações de US\$ 8 bilhões que vencem este ano. Em 85, o Brasil pagou comissão de US\$ 60 milhões sobre vencimentos de US\$ 6 bilhões. A economia pro-

porcionada pela redução do spread ainda é difícil de calcular, pois depende da variação dos juros internacionais, disse a fonte.

A queda da taxa de risco será retroativa a 18 de janeiro passado, conforme acordo entre o Presidente do Banco Central, Fernão Bracher, e o Comitê de Assessoramento da Dívida. E a nova taxa já será aplicada aos contratos que Pádua Seixas está negociando com 700 bancos credores, referentes ao refinanciamento dos US\$ 6 bilhões vencidos em 85, com prazo de sete anos, incluindo cinco de carência.

Seixas está acertando também a prorrogação por um ano, a partir de 15 de março, dos empréstimos de curto prazo (linhas de crédito comercial e interbancário) no valor de US\$ 15,2 bilhões e sobre estes também incidirá o novo spread menor.

Com a queda dos preços do petróleo, os credores estão dispostos a conceder spread de 1,8 por cento porque a situação externa do Brasil vai melhorar e ele passará a ser um risco menor para o capital externo. O Governo cedeu em sua proposta inicial de 1,125 por cento e já admite uma taxa de 1,5 por cento.

No Banco Central, existe grande otimismo em relação a uma solução para o problema da dívida do Comind, Auxiliar e Maisonneuve, contraída através da Operação 63 (repasse de créditos externos a empresas brasileiras). Ontem o BC deu luz verde aos ex-administradores e ex-controladores do Banco Auxiliar para negociarem com os credores um acordo até o fim do mês. A proposta aprovada pelo Governo determina que os bancos estrangeiros recebam uma parcela em dinheiro e outra em ações de uma empresa a ser constituída com créditos que o Grupo Auxiliar tem a receber no País.